

Poulantzas e o Estado Capitalista¹

RALPH MILIBAND

Talvez seja oportuno fazer uma ou duas observações preliminares sobre este artigo-crítica. No número 58 da *New Left Review* (novembro-dezembro de 1969), Nicos Poulantzas escreveu uma crítica bem estimulante e generosa do meu livro *The State in Capitalist Society*²; e no número seguinte da revista³ discuti alguns de seus comentários e tentei responder a algumas de suas críticas. Esse debate

-
- 1 Nota dos Tradutores [N.T.]. Essa tradução tomou como referência o texto original em inglês "Poulantzas and the Capitalist State", publicado no n.82 da revista *New Left Review*, em 1973. A fim de tornar a tradução mais próxima da estrutura da língua portuguesa, cotejamos o texto em inglês com a versão em língua espanhola, intitulada "Poulantzas y el Estado Capitalista" e publicada no livro Horacio Tarcus (Org.). *Debates sobre el Estado Capitalista (1)*. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 1991, p.105-20. Salvo engano, essa é a única publicação disponível no formato de livro que contém todas as intervenções do Debate Miliband-Poulantzas, entre outros textos, mas está esgotada na Argentina. Tradução de Danilo Enrico Martuscellie e Leandro de Oliveira Gaçastro.
 - 2 [N.T.] O artigo de Poulantzas ao qual Miliband se refere é "The Problem of the Capitalist State". In: *New Left Review*, n.58, 1969, p.67-78. Há duas versões em língua portuguesa desse texto. A primeira foi publicada em Portugal com o título: "O problema do Estado capitalista", na coletânea Nicos Poulantzas e Ralph Miliband. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975, p.5-32; a segunda foi publicada no Brasil com o mesmo título na coletânea: Robin Blackburn (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.219-33. O livro *The State in Capitalist Society*. London: Weindefeld & Nicolson, 1969, também está disponível em língua portuguesa, ver: *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Observamos que mantivemos no corpo do texto os nomes dos artigos e livros em inglês que foram escritos pelos autores envolvidos no debate e foram objeto direto de suas intervenções.
 - 3 [N.T.] Trata-se do artigo: "The capitalist state: reply to Poulantzas" In: *New Left Review*, n.59, 1970, p.53-70. Há também duas versões em língua portuguesa desse texto. A primeira foi publicada em Portugal com o título: "O Estado capitalista: resposta a Nicos Poulantzas", na coletânea Nicos Poulantzas e Ralph Miliband. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975, p.33-50; a segunda foi publicada no Brasil com o título "Resposta a Nicos Poulantzas", na coletânea Robin Blackburn (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.233-41.

atraiu uma significativa atenção, tanto neste país⁴ como fora dele: era óbvio que, de modo adequado ou não, tocamos em questões referentes ao Estado que os marxistas e outros consideraram importantes. Pensei que a publicação em inglês do livro de Poulantzas sobre o Estado (publicado em francês em 1968)⁵ proporcionaria uma oportunidade de dar continuidade à discussão que havia sido iniciada e de explorar outras questões que haviam sido levantadas. Infelizmente, o esforço a ser realizado nessa direção deve, a meu ver, ser concebido a partir de uma perspectiva muito mais crítica do que eu esperava. A explicação para isso é que a releitura do livro em inglês, cinco anos após a leitura no original, me chamou muito mais a atenção por suas debilidades do que por suas virtudes. Isso não é um problema de má tradução: uma amostra aleatória indica que a equipe de tradutores requerida para cumprir tal tarefa trabalhou corajosamente, e não sem êxito, com as dificuldades excessivas do texto em francês. É uma pena que o livro seja tão obscuro para o leitor que não tenha se familiarizado através de uma dolorosa iniciação com a peculiaridade do código lingüístico e do método de exposição da escola althusseriana, com a qual Poulantzas se alinha. Mas não se deve ir muito a fundo nisso: um trabalho marxista sério sobre o Estado e a teoria política em geral é ainda bastante incomum, o que torna a pobreza da exposição apenas um problema secundário – embora quanto antes for remediado, mais chances terá de se consolidar uma tradição marxista de análise política.

Não podemos também conceber como decisiva, nem como particularmente significativa, uma outra objeção que se pode fazer contra o livro. Isto é, seu grau de abstração. O subtítulo do livro em francês (que a edição inglesa não reproduz) é: *de l'Etat Capitaliste*. Mas o fato é que o livro não contém praticamente nenhuma referência a nenhum Estado capitalista real. Poulantzas afirma no início do livro: “Levamos igualmente em consideração, não só na pesquisa, mas também na exposição, as formações sociais capitalistas concretas”⁶. Mas não as considerava, pelo menos não como entendo o sentido dessa frase. Poulantzas parece, a meu ver, ter um medo absurdamente exagerado de contaminação empiricista (“Fora, fora, fato maldito”); mas ao mesmo tempo, as acusações de abstração são um recurso um tanto simples e, sob muitos aspectos, deslocadas do tema em pauta: a questão é que tipo de abstração e para qual finalidade. Em nenhum caso, e apesar da promessa da citação acima de levar em consideração as formações

4 [N.T.] Miliband refere-se à Inglaterra.

5 Nicos Poulantzas. *Political power and social classes*. London: NLB/Sheed and Ward, 1973. [N.T.] Essa obra foi publicada na França com o título: *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1968, e no Brasil com o título: *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. Salientamos que, dada a grande quantidade de remissões a essa obra de Poulantzas ao longo deste texto, indicaremos, para facilitar a compreensão do leitor em língua portuguesa, as páginas correspondentes à edição brasileira de *Poder político e classes sociais* (daqui em diante: *PPCS* em português). No entanto, ressaltamos que nos baseamos no texto de Miliband para realizar a tradução, visto que suas referências advêm da versão do texto de Poulantzas em inglês.

6 *Political power and social classes*, op.cit., p.24. (*PPCS* em português: p.24).

sociais concretas, Poulantzas esclarece que seu objetivo principal é realizar uma “leitura” dos textos de Marx e Engels, e também de Lenin, sobre o Estado e a política. Uma tal “leitura”, no sentido althusseriano, não é nem uma apresentação nem um cotejamento de textos; tampouco um comentário sobre esses textos ou ainda uma tentativa de interpretação, embora seja em parte este último. Trata-se fundamentalmente de um tratamento teórico específico dos textos. Poulantzas discorre sem rodeios sobre a natureza desse exercício: “Ao tomar os textos dos clássicos marxistas como uma fonte de informação, particularmente sobre o Estado capitalista, foi necessário completá-los e sujeitá-los a um exame crítico particular”⁷. De modo análogo, observa que “esses textos nem sempre são explícitos... Marx e Engels frequentemente analisam as realidades históricas referindo-se explicitamente a noções insuficientes para explicá-las. Esses textos contêm valiosas indicações, contanto que os conceitos científicos exigidos para seu tratamento sejam decifrados, conceitos que ou não existem, ou, como é mais comumente o caso, encontram-se em estado prático”⁸. Podemos ficar pouco à vontade diante dessa “complementação” dos textos, assim como da sua sujeição a um “exame crítico particular”. Mas, ao menos, o autor parece honesto ao declarar o que está fazendo, e essa iniciativa em si não é ilegítima – na verdade, não há outro modo de elaborar uma teoria. O problema que aqui se coloca é se a iniciativa foi conduzida com êxito, e se o “decifrado” engendrou uma idéia correta. Mais adiante argumentarei que essa iniciativa não logrou êxito e que uma boa parte da “leitura” de Poulantzas constitui um grave erro de interpretação de Marx e Engels, bem como da própria realidade que procura retratar.

1. Estruturas e níveis

Quero começar salientando que o tema fundamental do livro, sua “problemática” central, é absolutamente correta; e que Poulantzas, seja lá o que possa ser dito sobre o seu trabalho, dirige sua atenção a questões de importância fundamental não somente *para*, mas também *na* análise marxista da política, que não puderam ainda ser suficientemente ressaltadas. Poulantzas procura reafirmar que o domínio político não é, no marxismo clássico, o mero reflexo do domínio econômico, e que, em relação ao Estado, a noção de “autonomia relativa” deste é essencial, não somente no que se refere às “circunstâncias excepcionais”, mas a *todas as* circunstâncias. De fato, essa noção pode ser tomada como o ponto de partida da teoria política marxista. Tal como para Althusser, o “economicismo” é para Poulantzas um dos três pecados capitais (os outros dois são o “historicismo” e o “humanismo”); e embora seu anti-“economicismo” seja tão obsessivo a ponto de produzir os próprios “desvios”, não há dúvida de que os erros de interpretação “economicista” da política cometidos pelo marxismo clássico tornaram-se tão

7 Ibidem, p.19. (PPCS em português: p.19).

8 Ibidem, p.257-8. (PPCS em português: p.253-4).

comuns, tanto entre inimigos quanto entre simpatizantes do marxismo, que pode não ser inoportuno ressaltar, inclusive com uma certa estridência, a importância do conceito de autonomia relativa do político na teoria marxista⁹.

Ainda assim, insistir nisso é apenas um ponto de partida, apesar de sua importância. Uma vez que esse ponto de partida foi estabelecido, as questões surgem com rapidez e abundância: quão relativo é o relativo? Em que circunstâncias é mais ou menos relativo? Qual forma a autonomia assume? E assim por diante. Essas são as questões-chave de uma sociologia política marxista, e de fato da sociologia política *tout court*. Seria um absurdo culpar Poulantzas por não ter, nesse livro, dado uma resposta para todas essas questões. O verdadeiro problema, a meu ver, é que sua *abordagem* dessas questões o impede de dar-lhes uma resposta satisfatória. Em *Reply to Poulantzas*, publicada no número 59 da *New Left Review*¹⁰, afirmei que seu método de análise levava-o ao que denominei como “superdeterminismo estrutural”. Penso que estava correto, mas que poderia definir com mais precisão sua abordagem e seus resultados com o termo “abstracionismo estruturalista”. Com isso quero afirmar que o mundo das “estruturas” e dos “níveis” em que Poulantzas se apóia tem pouquíssimos pontos de contato com a realidade histórica ou contemporânea, o que o impossibilita de realizar o que ele mesmo denomina como “análise política de uma conjuntura concreta”¹¹. “Tudo ocorre como se as classes sociais fossem o efeito de uma conjunção de estruturas e de suas relações, primeiramente no nível econômico, depois no nível político e finalmente no nível ideológico”¹². Mas se admitimos que as classes são o produto de uma tal “conjunção”, gostaríamos de saber qual é a natureza da dinâmica que engendra essa “conjunção” e funde esses diferentes “níveis” nessa “conjunção”. Poulantzas não logra, como posso notar, esclarecer essa questão: a “luta de classe” faz sua aparição, como é necessário, mas num ballet de sombras evanescentes excessivamente formalizado. Falta aqui tanto um sentido de história, como inclusive uma análise social. Um exemplo é o tratamento dado por Poulantzas à noção de “classe em si” e “classe para si”. Essas são caracterizadas como a “fórmula

9 Uma ilustração simples desse ponto é a interpretação comum da formulação marxista mais conhecida acerca do Estado, que se encontra no *Manifesto comunista*, no qual Marx e Engels afirmam que “o Estado moderno nada mais é que um comitê de gestão dos negócios comuns de toda a burguesia”. Isso tem sido interpretado frequentemente no sentido de que não somente o Estado atua *como representante* da classe dominante ou “governante”, mas *sob o controle* desta, o que é uma afirmação completamente diferente e, a meu ver, uma deformação vulgar do pensamento de Marx e Engels. Pois o que sustentam é que “o Estado moderno nada mais é que um comitê de gestão dos negócios *comuns* de *toda* a burguesia”: a noção de negócios comuns implica a existência de negócios particulares; e a noção de toda a burguesia implica a existência de elementos separados que constituem aquele todo. Sendo assim, é óbvia a necessidade de uma instituição do tipo à qual se referem, isto é, o Estado; e o Estado *não pode* satisfazer essa necessidade sem desfrutar de um certo grau de autonomia. Em outras palavras, a noção de autonomia está contida na própria definição, é uma parte intrínseca a ela.

10 [N.T.] Ver referências completas desse artigo na nota 3.

11 *Political power and social classes*, op.cit., p.91. (PPCS em português: p.88).

12 *Ibidem*, p.63. (PPCS em português: p.61).

de 1847” de Marx, como “sendo não mais que reminiscências hegelianas. Não apenas não explicam nada, mas induziram ao erro, por muitos anos, os teóricos marxistas das classes sociais”¹³. Mas, poderíamos então perguntar, o que é que toma o lugar dessas “reminiscências hegelianas”, uma vez que precisamos de alguns meios de traçar a dinâmica pela qual uma classe (ou um agregado social) torna-se uma “conjunção” na qual os “níveis” econômico, político e ideológico alcancem um certo grau de congruência?

Poulantzas nota o problema: “Uma classe pode ser considerada como uma classe distinta e autônoma, como uma força social, em uma formação social, somente quando sua conexão com as relações de produção, sua existência econômica, for refletida nos outros níveis por uma presença específica”¹⁴. Deixando de lado essa reflexão curiosamente “economicista”, depois de tanto tê-la denunciado, devemos perguntar: o que é uma “presença específica”? A resposta é que “esta presença existe quando a relação com as relações de produção, o lugar no processo de produção, reflete-se nos outros níveis como *efeitos pertinentes*”¹⁵. O que são, então, os “efeitos pertinentes”? A resposta é que “designaremos por ‘efeitos pertinentes’ o fato de que o reflexo do lugar no processo de produção nos outros níveis constitua um *novo elemento* que não pode se inserir no quadro típico que esses níveis apresentariam sem esses elementos”¹⁶. Isso poderia dar a entender que uma classe assume maior relevância quando engendra um maior impacto nos negócios – o que dificilmente poderia nos levar muito longe. Mas Poulantzas não quer dizer sequer isso. Pois, afirma-nos também, que “a dominância da luta econômica” (isto é, do “economicismo” como forma de luta da classe trabalhadora – RM) *não* exprime “uma ausência de ‘efeitos pertinentes’ no âmbito da luta política”, mas somente “uma certa forma de luta política, a qual Lênin critica por considerá-la ineficaz”¹⁷. Assim, num momento, uma classe pode ser considerada distinta e autônoma se exerce “efeitos pertinentes”, isto é, um impacto decisivo; em outro momento, os “efeitos pertinentes” podem ser “ineficazes”. Poulantzas nunca cessa de insistir na necessidade de uma análise “rigorosa” e “científica”. Mas que tipo de análise “rigorosa” e “científica” é essa? Na verdade, que tipo de análise é essa em absoluto?

2. Poder de classe e poder de Estado

Agora quero retornar à questão da autonomia relativa do Estado e demonstrar como o *abstracionismo estruturalista* de Poulantzas afeta o tratamento dessa questão. Não apenas a sua abordagem me parece absurda na tentativa de explicar a

13 Ibidem, p.76. (PPCS em português: p.7). Ver, na mesma linha de argumentação, a sua rejeição à noção de verdadeira e falsa consciência, vista como uma “mitologia”, p.60-1. (PPCS em português: p.58).

14 Ibidem, p.78. (PPCS em português: p.75-76).

15 Ibidem, p.78-9. (Grifos no original). (PPCS em português: p.76).

16 Ibidem, p.79. (Grifos no original). (PPCS em português: p.76).

17 Ibidem, p.83. (PPCS em português: p.81).

natureza da relação do Estado com a classe dominante: tende também a subverter demasiadamente o próprio conceito de autonomia relativa. Expulso pela porta principal, o “economiscismo” reaparece com um novo disfarce pelos fundos. Então, Poulantzas nos diz que “o poder não está situado no nível das estruturas, mas é um efeito do conjunto destes níveis, e, ao mesmo tempo, caracteriza cada um dos níveis da luta de classe”¹⁸. A partir dessa proposição (que me parece extremamente dúbia, mas deixemo-la passar), Poulantzas chega à idéia de que “o conceito de poder não pode, portanto, ser aplicado a um só nível da estrutura. Quando falamos, por exemplo, de *poder de Estado*, não queremos nos referir com isto ao modo de articulação do Estado com os outros níveis da estrutura; *mas ao poder de uma classe determinada*, a cujos interesses (mais do que os das outras classes sociais) o Estado corresponde”¹⁹. O que, na minha opinião, é manifestamente incorreto: simplesmente não é verdade que ao falar de “poder de Estado” queremos apenas nos referir “ao poder de uma determinada classe”. Pois isso, *inter alia*, equivaleria a privar o Estado de qualquer tipo de autonomia, e a transformá-lo, *precisamente*, em mero instrumento de uma determinada classe – isto é, praticamente anulá-lo conceitualmente. A fim de que isso não seja tomado como um exagero, observe a seguinte passagem: “As diversas instituições sociais, em particular as instituições do Estado, não têm, estritamente falando, nenhum poder. As instituições, consideradas do ponto de vista do poder, só podem ser relacionadas às *classes sociais que portam poder*”²⁰.

Como se ficasse desconfortavelmente consciente com as implicações do que está afirmando, Poulantzas assegura-nos que “isso não significa que os centros de poder, as diversas instituições de natureza econômica, política, militar e cultural, etc., são meros instrumentos, órgãos ou apêndices do poder das classes sociais. Tais instituições possuem autonomia e especificidade *estrutural* que, como tal, não é reduzível de imediato a uma análise em termos de poder”²¹. Essa concessão pouco entusiasmada não dissipa a confusão: apenas faz parte dela. A razão dessa confusão, ou no mínimo uma explicação para ela, está no fracasso de Poulantzas em fazer a necessária distinção entre *poder de classe* e *poder de Estado*. O poder de Estado é o meio último e fundamental – mas não o único – através do qual o poder de classe é assegurado e mantido. Mas uma das razões principais para enfatizar a importância da noção de autonomia relativa do Estado é a de que existe uma distinção básica a ser feita entre poder de classe e poder de Estado, e a de que a análise do significado e das implicações dessa noção de autonomia relativa deve, na verdade, concentrar-se nas forças em função das quais essa autonomia é maior ou menor, as circunstâncias em que é exercida, e assim por diante. Ao

18 Ibidem, p.99-100. (PPCS em português: p.95).

19 Ibidem, p.100. (Grifos no original) (PPCS em português: p.95-6).

20 Ibidem, p.115. (Grifos no original) (PPCS em português: p.111).

21 Ibidem, p.115. (Grifos no original) (PPCS em português: p.111)

obscurecer a distinção entre poder de classe e poder de Estado, Poulantzas²² impossibilita a realização dessa análise: apesar de todas as denúncias de “economicismo”, a política assume, aqui, uma forma “epifenômenica”.

Isso é particularmente evidente nas referências dispersas e superficiais de Poulantzas acerca da forma democrático-burguesa do Estado capitalista. Dois exemplos podem ser tomados para ilustrar essa questão. O primeiro refere-se à relação entre os elementos distintos do sistema estatal. Para Poulantzas, “a relação efetiva dos poderes institucionais do Estado, que é concebida como uma ‘separação’ desses poderes, é, na verdade, fixada no Estado capitalista como uma mera *distribuição* de poder, dada a unidade indivisível da soberania estatal”²³. Essa formulação obscurece algumas importantes questões referentes à natureza da forma democrático-burguesa de Estado. Sem dúvida, no sentido forte no qual tem sido comumente usada, a noção de separação dos poderes é uma mistificação que serve a propósitos apologéticos. Mas desconsiderar a separação efetiva de poderes que ocorre nessa forma de Estado, considerando-a uma “mera distribuição de poder” derivada da “unidade indivisível da soberania estatal”, é ignorar uma série de processos os quais é tarefa de uma teoria política marxista situar numa perspectiva adequada. Assim, para tomar um exemplo típico, as lutas constitucionais em torno de Watergate podem ou não engendrar amplos resultados. Mas há algo de muito incorreto numa forma de análise que sugere que “a relação efetiva dos poderes institucionais do Estado” (neste caso o Estado americano) é “uma mera distribuição de poder, dada a unidade indivisível da soberania estatal”. Isso lança muitas questões e deixa muitas sem resposta.

De modo análogo, e isso é mais importante, a meu ver, Poulantzas parece subestimar sistematicamente o significado do papel desempenhado pelos partidos políticos burgueses na organização e articulação dos interesses e demandas

22 Talvez isso seja mais bem exemplificado numa passagem de um artigo de Poulantzas, *On Social Classes*, que foi publicado no n.78 da *New Left Review*, em março-abril de 1973, no qual o autor afirma que: “O Estado é composto por vários aparelhos: em termos gerais, o aparelho repressivo e o aparelho ideológico, tendo o aparelho repressivo como papel principal a repressão e, o aparelho ideológico, a elaboração e a incubação da ideologia. Os aparelhos ideológicos incluem as igrejas, o sistema educacional, os partidos políticos burgueses e pequenos burgueses, a imprensa, o rádio, a televisão, as editoras etc. Esses aparelhos pertencem ao sistema estatal devido a sua função objetiva de elaboração e inculcação ideológica, independentemente do fato do seu estatuto jurídico formal ser nacionalizado (público) ou privado” (p.47). Isso leva ao nível caricatural a confusão entre distintas formas de dominação de classe e, repito, impossibilita uma análise rigorosa da relação entre o Estado e a sociedade, e entre o poder de Estado e o poder de classe. [N.T.] O artigo *On Social Class*, escrito por Poulantzas, foi publicado em língua portuguesa e está disponível na coletânea: Paulo Silveira (Org.). Poulantzas: sociologia (Grandes cientistas sociais: 47). São Paulo: Ática, 1984, p.95-122. Tanto a versão em inglês quanto a versão em português, acima indicadas, não publicaram a parte que Poulantzas acrescentou relativa à reprodução ampliada das classes sociais e que pode ser encontrada apenas, salvo engano, na versão em francês: “Les classes sociales” In: *L’Homme et la Société*, n.24-5, 1972, p.22-55.

23 *Political power and social classes*, op.cit., p.279. (Grifos no original) (PPCS em português: p.274-5).

das diversas classes, notavelmente da classe dominante. “Os partidos políticos da classe burguesa e de suas frações são incapazes de desempenhar um papel organizacional autônomo, quanto mais um papel análogo ao papel dos partidos da classe trabalhadora”²⁴. Essa é também, sem dúvida, uma afirmação insustentável. A idéia de que o Partido Conservador na Grã-Bretanha e a Democracia Cristã na Alemanha ou na Itália não desempenharam esse papel é absurda; de fato, desempenharam-no com muito *mais* eficácia do que os partidos da classe trabalhadora desempenharam em relação à classe trabalhadora. “Na verdade”, Poulantzas prossegue, “os partidos burgueses, em geral, não desempenham de modo algum o papel autônomo de organização dessas classes, que é necessário precisamente para a manutenção das relações sociais existentes: esse papel cabe ao Estado”²⁵. Mas, na verdade, o Estado não o cumpre. O Estado pode de diversas maneiras *colaborar* com esses partidos no cumprimento de seus papéis, e também fazer que compitam com vantagem diante de seus rivais da classe trabalhadora. Mas a tarefa principal à qual Poulantzas se refere é desempenhada, na forma democrático-burguesa do Estado capitalista, pelos próprios partidos. É apenas no período de crise aguda e prolongada, quando esses partidos demonstram-se incapazes de realizar sua tarefa política, que seu papel pode ser assumido pelo Estado²⁶.

Ao final do livro, Poulantzas observa a existência de uma corrente de pensamento que o autor considera originária de Max Weber e que parece apresentar o Estado “ora como fundamento exclusivo do poder político, independente do econômico, ora como fundamento do poder político, independente do, mas paralelo ao, poder econômico”²⁷, e sugere que “o maior defeito dessas teorias é não fornecer nenhuma *explicação* do fundamento do poder político”²⁸. Infelizmente, o mesmo tem que ser dito do seu texto, tanto que o que chamei no meu artigo do número 59 da *New Left Review* de “superdeterminismo estrutural”, o leva a *assumir* o que tem que ser *explicado* sobre a relação do Estado com as classes no modo de produção capitalista. Ocorre nesse esquema uma “irrealização” das classes, cujos “interesses objetivos” ficam definidos com tanta imprecisão que tornam possível toda e qualquer coisa²⁹. e o mesmo vale para o próprio Estado, cuja autonomia relativa, como sugeri anteriormente, transforma-se numa completa instrumentalização.

24 Ibidem, p.299. (PPCS em português: p.296).

25 Ibidem, p.300. (PPCS em português: p.297).

26 Aqui também a confusão é agravada pelas declarações contraditórias abundantes no texto. Assim, na página 320, Poulantzas observa que “a predominância do executivo implica um crescimento da autonomia do Estado face a essas classes e frações somente quando é combinada com um declínio característico do papel organizacional dos partidos *refletido diretamente na cena política*” (Grifos no original). Assim, os partidos que, na p.299, não logram desempenhar um papel organizacional, desempenham tal papel 21 páginas depois.

27 Ibidem, p.327. (PPCS em português: p.323).

28 Ibidem, p.330. (Grifos no original). (PPCS em português: p.326).

29 Ibidem, p.112. (PPCS em português: p.108).

3. Bonapartismo

Poulantzas parece não estar realmente interessado na forma democrático-burguesa de Estado³⁰. Seu interesse principal está voltado para a forma que o Estado capitalista assume em situações de crise, ou melhor, em uma de suas formas, a saber, o Estado bonapartista³¹. Não há nada de errado com isso: mas, como sugeri anteriormente, há muitos equívocos na sua análise do Estado bonapartista, particularmente em sua “leitura” da obra de Marx e Engels sobre essa questão.

Algumas citações são requeridas aqui. Poulantzas observa: “Constantemente em suas análises políticas concretas, Marx e Engels relacionam o bonapartismo (a religião da burguesia), como aspecto distintivo do tipo capitalista de Estado, a sua unidade intrínseca e a sua autonomia relativa, que deriva de sua função *vis-à-vis* o bloco no poder e a classe ou fração hegemônica”³². Ainda mais categoricamente, afirma-nos que “Marx e Engels *concebem sistematicamente* o bonapartismo não simplesmente como uma forma concreta do Estado capitalista, *mas como uma característica teórica constitutiva do tipo de Estado capitalista*”³³. Embora tais afirmações sejam categóricas e enfáticas, há de ser dito que são falsas. Para começar, a noção que Marx e Engels conceberam “sistematicamente” essa ou aquela forma de Estado é incorreta, como o próprio Poulantzas, como pudemos observar nas citações acima, sugere no início de seu livro. Mas em qualquer caso, e muito mais importante, não há absolutamente nada em seus escritos que confirme a afirmação de que Marx e Engels conceberam (sistematicamente ou de qualquer outro modo) o bonapartismo “como uma característica teórica constitutiva do tipo de Estado capitalista”. Pode ser que deveriam ter concebido, mas não o fizeram. Tampouco Poulantzas é capaz de provar com a evidência textual necessária para assim definir uma “leitura”.

A evidência na qual o autor se apóia é uma carta que Engels remeteu a Marx, em 13 de abril de 1866, comentando as propostas de Bismarck voltadas para a reforma constitucional na Prússia, baseada no sufrágio universal. A passagem relevante, da qual Poulantzas apenas fornece uma versão resumida, afirma o seguinte: “Parece que, depois de uma breve resistência, os cidadãos alemães concordarão, pois o bonapartismo é, no limite, a verdadeira religião da burguesia moderna. Vejo ainda mais claramente que a burguesia não é capaz de dominar diretamente, e

30 Isso pode explicar, ainda que dificilmente justificar, os erros de interpretação como o de atribuir a C. Wright Mills a visão de que “os ‘chefes das corporações econômicas’, os ‘líderes políticos’ (incluindo os da alta burocracia) e os ‘líderes militares’, isto é, toda as elites, pertencem ao que ele (isto é, Mills – R. M.) chama de ‘ricos corporativos’”. Ibidem, p.329. (PPCS em português: p.325). Essa é uma interpretação completamente equivocada da caracterização básica de Mills da “elite do poder” e das inter-relações de suas partes componentes.

31 Ao menos neste livro. Para uma discussão mais ampla e consistente da “crise do Estado”, ver: *Fascisme et Dictature: La troisième Internationale face au fascisme*. Paris, François Maspero, 1970. [N.T.] Esse livro encontra-se disponível em língua portuguesa: *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

32 *Political power and social classes*, op.cit., p.302. (PPCS em português: p.299).

33 Ibidem, p.258. (PPCS em português: p.254).

que onde não existe oligarquia, diferentemente do que ocorre na Inglaterra, uma semiditadura bonapartista é a forma normal para assumir a tarefa de conduzir o Estado e a sociedade nos marcos do interesse da burguesia por uma remuneração apropriada; tal ditadura toma em suas mãos os grandes interesses materiais da burguesia ainda que contra a burguesia, mas não concede a ela nenhuma parte de poder de governo. De outro lado, essa ditadura se vê forçada a adotar contra a sua vontade os interesses materiais da burguesia”³⁴.

Esse é um texto interessante e muito sugestivo, mas nada mais do que isso. Poulantzas também sustenta que “Engels retorna a esse ponto no famoso prefácio da terceira edição d’*O 18 Brumário*”. Mas mesmo o estudo mais cuidadoso desse texto não logra dar sustentação a sua afirmação. Ao contrário, poderia muito bem ser argumentado que se faz a afirmação *oposta*, já que Engels observa, nesse prefácio, que “a França demoliu o feudalismo na Grande Revolução e estabeleceu a *dominação pura da burguesia* sob uma forma clássica como em nenhum outro país europeu”³⁵. Em terceiro lugar, finalmente nos textos a que se refere, Poulantzas sustenta que Marx, no Prefácio de 1869 d’*O 18 Brumário*, “opõe o bonapartismo, *como a forma política constitutiva da luta de classes moderna*, às formas políticas das formações dominadas pelos modos de produção distintos do capitalista”³⁶. Isso não tem fundamento. Não há nada na citação que Poulantzas retira desse Prefácio, nem no resto do texto, que sustente a interpretação que o autor apresenta, seja qual for o tipo de “leitura”.

Poulantzas enfatiza bastante a referência de Engels ao bonapartismo como “a religião da burguesia”. Mesmo que se concordasse em tratar uma única passa-

34 Karl Marx e Friedrich Engels. *Werke*, Berlin: 1965, v.31, p.208. A citação de Poulantzas diz o seguinte: “O bonapartismo é, no limite, a verdadeira religião da burguesia moderna. Está se tornando cada vez mais claro para mim que a burguesia não tem força para dominar diretamente por si própria, conseqüentemente... uma semiditadura é a forma normal; ela assegura os grandes interesses materiais da burguesia (ainda que contra a vontade da burguesia), mas não concede a ela nenhuma parte do poder de governo”. *Political power and social classes*, p.258-9. (PPCS em português: p.254-5). Os grifos não aparecem no original de Engels.

35 Karl Marx e Friedrich Engels. *Selected Works* (Moscou, 1950), v.1, p.223. Há um outro texto de Engels procedente de um panfleto escrito em 1865, *Die preussische Militarfrage und die deutsche Arbeiterpartei*, no qual o autor antecipa, de modo distinto, uma famosa formulação de Marx, ao declarar que “o bonapartismo é a forma de Estado necessária em um país onde a classe trabalhadora, embora tenha atingido um alto grau de desenvolvimento nas cidades, continua numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, tendo sido derrotada numa grande luta revolucionária pela classe capitalista, pela pequena burguesia e pelo exército”: *Werke*, v.16, p.71. Comparemos isso com os argumentos de Marx (que Poulantzas cita em um contexto diferente), em *A Guerra Civil em França*, de que o regime bonapartista “era a única forma de governo possível na época em que a burguesia já havia perdido a capacidade de dirigir o país, e a classe trabalhadora não havia adquirido ainda tal capacidade” (*Selected Works*, I, p.470). Nem o argumento de Engels nem o de Marx servem de apoio às afirmações de Poulantzas, embora como em seus outros escritos sobre o tema, tais argumentos sejam de grande interesse. Para uma crítica sistemática desses escritos, erudita, mas pobre na interpretação, ver: Maximilien Rubel. *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris: The Hague, 1960.

36 *Political power and social classes*, p.259. (PPCS em português: p.255).

gem de uma carta de Engels a Marx como o pilar principal na construção de uma teoria marxista do Estado, seríamos obrigados a dizer que Engels estava errado ao descrever o bonapartismo como a *religião* da burguesia, se isso é tomado para dar a entender que a burguesia tem um desejo incontrolável por uma tal forma de regime. Como expoente da inflação extrema do poder executivo e da desmobilização forçada de todas as forças políticas da sociedade civil, o bonapartismo não é, de modo algum, a religião da burguesia – é seu último *recurso* nas condições de agravamento da instabilidade política, a ponto de representar uma ameaça à manutenção da ordem social existente, incluindo aqui o sistema de dominação que é a parte central dessa ordem.

Nesse caso, cuidado e escrúpulo na citação textual não são simplesmente questões de erudição: implicam também amplas questões políticas. Insistir em que Marx e Engels acreditavam que o bonapartismo *era* a “característica teórica constitutiva da forma capitalista de Estado” não é um ato “inocente”; com isso, pretende-se invocar sua autoridade para respaldar a visão de que não há *realmente* diferença, ou, no mínimo, de que não há diferença *real* entre tal forma de Estado e a forma democrático-burguesa. Assim, Poulantzas observa que “no quadro do Estado de classe capitalista, a legitimidade parlamentar não é de modo algum ‘mais próxima ao povo’ que a legitimidade correspondente à predominância do Executivo. Na verdade, trata-se sempre, em ambos os casos, de processos ideológicos”³⁷. Mas colocar as questões desse modo é perigosamente confuso: a questão não é de “legitimidade” ou de “proximidade com o povo”: é se há uma diferença real, no modo de funcionamento, entre as diferentes formas do Estado capitalista, e se houver, quais são as implicações dessas diferenças. Mas coloquemos a questão nos termos escolhidos por Poulantzas. Tanto a República de Weimar quanto o Estado nazista eram Estados de classe capitalistas. É o caso em que a “legitimidade parlamentar” não estava “mais próxima do povo” que a “legitimidade correspondente à predominância do Executivo”? Não sejamos melodramáticos sobre essa questão, mas afinal de contas cinquenta milhões de pessoas morreram, ao menos em parte, em consequência do fato de que o marxismo do Comintern Alemão, em um momento crucial da história, não viu diferença *real* entre as duas formas de Estado. Poulantzas escreve também, pelo mesmo veio, que “a soberania popular da democracia política encontra sua expressão tanto num parlamentarismo clássico quanto numa semiditadura bonapartista”³⁸. Mas a questão aqui nem é a de uma “soberania popular”. Isso é confundir problemas e outorgar credibilidade a confusões que tiveram no passado consequências catastróficas.

Não se trata de atribuir, obviamente, às formas democrático-burguesas do Estado capitalista, virtudes que não possuem, nem de sugerir que tais regimes não são dados à repressão e aos modos de comportamento de tipo bonapartista;

37 Ibidem, p.312. (PPCS em português: p.309).

38 Ibidem, p.312. (PPCS em português: p.309).

nem concluir que as classes dominantes em quaisquer dos casos estão imunes às tentações e promessas bonapartistas, dadas as circunstâncias e oportunidades adequadas. O Chile é apenas o exemplo mais recente disso. Mas dizer tudo isso não é o mesmo que dissimular diferenças entre formas de Estado capitalistas que são de crucial importância, no mínimo, para os movimentos da classe trabalhadora.

Para concluir, não quero sugerir que o leitor não encontrará idéias úteis, sugestivas e importantes em *Political Power and Social Classes*. Mas também tenho o dever de dizer, com verdadeiro pesar, que essa obra não parece ser muito útil ao desenvolvimento daquela sociologia política marxista que Poulantzas, de modo bem correto, quer ver desenvolvida.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o Estado Capitalista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.93-104.

Palavras-chave: Miliband; Poulantzas; Teoria Política; Estado; Bonapartismo.